

9º SIMULADO

TCE RJ

ÁREA: CONTROLE EXTERNO
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

Simulado TCE/RJ Área Controle Externo – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-05-07-20>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

Do fogo às lâmpadas de LED

Ao longo de nossa evolução, desenvolvemos uma forma muito eficiente de detectar a luz: nosso olho. Esse órgão nos permite enxergar formas e cores de maneira ímpar. O que denominamos luz no cotidiano é, de fato, uma onda eletromagnética que não é muito diferente, por exemplo, das ondas de rádio ou micro-ondas, usadas em comunicação via celular, ou dos raios X, empregados em exames médicos.

Para que pudesse enxergar seu caminho à noite, o homem buscou o desenvolvimento de fontes de iluminação artificial. Os primeiros humanos recolhiam restos de queimadas naturais, mantendo as chamas em fogueiras. Posteriormente, descobriu-se que o fogo poderia ser produzido ao se atritarem pedras ou madeiras, dando o primeiro passo rumo à tecnologia de iluminação artificial.

A necessidade de transporte e manutenção do fogo levou ao desenvolvimento de dispositivos de iluminação mais compactos e de maior durabilidade. Assim, há cerca de 50 mil anos, surgiram as primeiras lâmpadas a óleo, feitas a partir de rochas e conchas, tendo, como pavio, fibras vegetais que queimavam em óleo animal ou vegetal. Mais tarde, a eficiência desses dispositivos foi aumentada, com o uso de óleo de tecidos gordurosos de animais marinhos, como baleias e focas.

As lâmpadas a óleo não eram adequadas para que áreas maiores (ruas, praças etc) fossem iluminadas, o que motivou o surgimento das lâmpadas a gás obtido por meio da destilação do carvão mineral. Esse gás poderia ser transportado por tubulações ao local de consumo e inflamado para produzir luz.

O domínio da tecnologia de geração de energia elétrica e o entendimento de efeitos associados à passagem de corrente elétrica em materiais viabilizaram o desenvolvimento de novas tecnologias de iluminação: lâmpadas incandescentes, com filamentos de bambu carbonizado, que garantem durabilidade de cerca de 1,2 mil horas à sua lâmpada; e as lâmpadas halógenas, com maior vida útil e luz com maior intensidade e mais parecida com a luz solar.

(E.R. Azevedo. L.A. Nunes).

01. De acordo com o texto, a motivação para a criação das primeiras lâmpadas a óleo, feitas a partir de rochas e conchas, ocorreu pela necessidade de transporte e manutenção do fogo.

02. É possível afirmar que o objetivo do texto é explicar o desenvolvimento e as características das etapas de evolução da iluminação artificial.

03. No trecho “Ao longo de nossa evolução, desenvolvemos uma forma muito eficiente de detectar a luz: nosso olho” no início do 1º parágrafo, a palavra que pode substituir **detectar**, por ter sentido equivalente, é **designar**.

04. Em 1922, a bióloga e feminista Bertha Lutz cria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e intensifica a ocupação das galerias do Congresso pedindo pelo voto feminino. Em 25 de novembro de 1927, em Mossoró/RN, acontece a primeira concessão de voto à mulher para a professora Celina Guimarães

Viana. Celina conseguiu o reconhecimento de seu direito por meio da lei estadual 660/1917, na qual constava a possibilidade do voto feminino.

(Adaptado. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/274136/cidadania-da-mulher-a-conquista-historica-do-voto-feminino-no-brasil> acesso em 30 jun 2020)

Com relação às estruturas linguísticas do trecho, julgue o item seguinte.

O tempo empregado nas formas verbais “cria”, “intensifica” e “acontece” dá a entender que as ações correspondentes a essas formas verbais não ocorrem em 1922 e 1927.

05. “Na semana passada, quando nenhum ator ou atriz negra foi indicado ao Bafta, Oscar britânico, Chyntia Erivo ausentou-se da cerimônia em protesto”.

Julgue os seguintes itens, referentes às ideias e às estruturas linguísticas do trecho. Haveria prejuízo para a correção gramatical do texto caso o pronome “se”, em “Chyntia Erivo ausentou-se”, fosse deslocado para imediatamente antes da forma verbal “ausentou”: **Chyntia Erivo se ausentou**.

06. Os vestígios mais antigos da escrita são as Tábuas Tartaras. Inicialmente, o sistema de escrita era cuneiforme, depois substituído pelos hieróglifos egípcios. E só muito tempo depois surgiu o alfabeto.

Considerando as estruturas linguísticas e os sentidos do trecho acima, julgue o próximo item. Os advérbios “Inicialmente” e “depois” atuam como sequenciadores textuais cuja função é organizar a sequência temporal relativa à história da escrita.

07. “Diante da sociedade perversa das injustiças humanas, saber que há quem lute pela vida equânime é um alento”.

Com relação ao trecho, julgue o item a seguir.

O adjetivo “perversa” (l.23) modifica a palavra “sociedade”, conferindo-lhe sentido negativo.

08. “A Secretaria da Justiça e Cidadania é o órgão do governo do estado de São Paulo que mantém as relações institucionais com o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e órgãos e instituições relacionados à justiça, à cidadania e aos direitos humanos”.

Julgue o item relativo às ideias linguísticas do trecho acima.

O emprego do sinal indicativo de crase em “relacionados à justiça, à cidadania” justifica-se porque o verbo **relacionar** exige complemento regido pela preposição **a**, e as palavras “justiça” e “cidadania” são antecedidas pelo artigo definido feminino singular **a**.

09. “Visitamos o principal museu da cidade, o qual nos deixou encantados”.

Acerca dos aspectos estruturais do trecho acima, julgue os itens a seguir. A expressão “o qual” poderia ser substituída pela expressão **onde**, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

10. O técnico, no seu último pronunciamento dado à imprensa, informou as decisões do comitê olímpico sobre o treinamento dos atletas. Julgue o próximo item, a respeito de aspectos linguísticos do trecho acima. As vírgulas poderiam ser suprimidas sem prejuízo gramatical do texto.

11. “A quem se dirigiam palavras de amor tão belas?” (C. Meireles)

No que se refere aos aspectos linguísticos do trecho acima, julgue o item a seguir. Seria mantida a correção gramatical do texto, caso fosse empregado o acento indicativo de crase no “a”, em “A quem se dirigiam”.

12. “Sempre existiram duas Américas Latinas: a hispânica e a portuguesa. É inegável que dentro de um mesmo continente cada canto mantém sua idiossincrasia, suas características antropológicas e históricas”.

Julgue o próximo item, a respeito de aspectos linguísticos do trecho acima. A forma verbal “existiram” poderia ser corretamente substituída por **há**.

13. “Sentia descompassado o violão e a voz”

Julgue o próximo item, a respeito de aspectos linguísticos do trecho acima

Se a palavra “voz” fosse deslocada após “descompassado”, o adjetivo deveria fazer a concordância com o mais próximo; e a reescrita ficaria “descompassada a voz...” sem prejuízo gramatical e de sentido.

14. “Também não merece guarida a alegação de supressão de instância. A decisão de primeira instância rejeitou a denúncia por inépcia e pela ausência de justa causa para a ação penal. Assim, o provimento do recurso interposto contra essa decisão implica o recebimento da inicial acusatória...”

Julgue o próximo item, a respeito de aspectos linguísticos do trecho acima.

O acréscimo da preposição “EM” na contração com “O”, após a forma verbal “implica” - implica no - não causaria prejuízo gramatical ao texto.

15. Quis dizer mais verdades e não pôde.

Com referência à estrutura linguísticas do trecho acima, julgue o item subsequente. O vocábulo “e” exerce função de termo aditivo em relação à asserção da oração que o antecede.

16. “Recentemente me pediram para discutir os desafios da política inclusiva na Educação...” Com relação às ideias do trecho acima, julgue o seguinte item.

A posição do pronome átono, em destaque no texto, antecedendo o verbo, não constitui uma violação às regras da colocação pronominal da norma culta.

17. Inicialmente, as reuniões sobre orçamento participativo eram feitas com todos munícipes interessados. No entanto, esses encontros tomaram tal proporção que foi necessário estabelecer sistema de representação por região.

Com base nas estruturas linguísticas do trecho acima, julgue o item que se segue. O termo “No entanto” (l.15) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original do período, ser substituído por qualquer um dos seguintes: Conquanto, Porquanto, Mesmo quando.

18. “Alegaram que estavam sozinhos no local, quando a polícia chegou e fez a abordagem”.

O verbo “alegar” flexionado na 3ª pessoa do plural no período indica que o sujeito é desinencial.

19. “Os governadores incluíram as academias nos serviços essenciais para abertura na próxima fase da flexibilização”.

O emprego do acento gráfico em “incluíram” e “próxima” justifica-se com base na mesma regra de acentuação.

20. “O sistema de cotas foi criado para minimizar as desigualdades socioeconômicas do país. Trata-se de uma importante ação afirmativa e um grande avanço nas políticas públicas inclusivas”. No que se refere aos aspectos sintáticos e semânticos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

O termo “para” introduz ideia de finalidade e poderia ser substituído, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido original do texto, por **a fim de**.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. Dentro da lógica do modelo gerencial, os agentes públicos devem atuar para atender aos cidadãos, considerados consumidores e clientes, mediante uma gestão mais ágil e flexível.

22. A administração pública brasileira, durante suas diversas reformas administrativas, conseguiu se consolidar, no conjunto, como uma burocracia profissional nos moldes weberianos.

23. Uma das principais característica do modelo weberiano da Burocracia é a perda da visão global da organização – a divisão de trabalho pode levar a que os funcionários não tenham mais a compreensão da importância de seu trabalho nem quais são as necessidades dos clientes ou dos outros órgãos da instituição.

24. De acordo com Bresser, a reforma do PDRAE tinha, como um dos seus objetivos, a distinção entre as atividades do núcleo estratégico, que devem ser efetuadas por políticos e altos funcionários, e as atividades de serviços, que podem ser objeto de contratações externas.

- 25.** Com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, o Estado buscou centralizar o poder, reduzindo o poder e a autonomia dos estados.
- 26.** A utilização de instrumentos para informar a população melhor está associado com o conceito contemporâneo de accountability.
- 27.** Governança e governabilidade são conceitos semelhantes, são relacionados e podem ser usados como sinônimos.
- 28.** Os quatro princípios do governo aberto, segundo a Open Government Partnership (OGP) são os seguintes: transparência, Accountability, participação governamental e relações humanas.
- 29.** Um governo que busca aplicar o conceito de Governo Aberto em sua gestão deve imprimir em seus projetos, ações e programas uma maior transparência, deve prestar contas de suas ações, deve envolver seus cidadãos e usuários da definição de suas políticas públicas e deve buscar a inovação sempre que possível, ou seja, deve utilizar todos os novos recursos tecnológicos disponíveis.
- 30.** O modelo patrimonialista de administração pública separa a esfera política e a esfera administrativa.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcante

Sobre dados, informação, conhecimento e inteligência, gestão do conhecimento e dados não estruturados avalie os itens abaixo.

- 31.** Conhecimento é a consciência e a compreensão de um conjunto de informações e os modos como essas informações podem ser úteis para apoiar uma tarefa específica ou chegar a uma decisão.

- 32.** Para ser considerada valiosa a informação precisa ser complexa e completas.

- 33.** No mundo digital, dados estruturados e não estruturados não se misturam, porém se complementam. Exemplos de dados estruturados incluem ID do cliente, informações financeiras e características demográficas, como sexo. Dados não estruturados podem ser registros de voz da interação de um cliente com um centro de suporte, pesquisa literal, conteúdo de mídia social ou texto da consulta de pesquisa.

Sobre o modelo relacional jugue os itens a seguir:

- 34.** As transações também têm a garantia de serem atômicas no sentido de que, uma vez que uma transação execute uma operação *COMMIT* com sucesso, suas atualizações terão a garantia de serem aplicadas ao banco de dados, mesmo que ocorra alguma falha subsequente do sistema em determinado instante.

- 35.** Toda tupla contém exatamente um valor para cada um de seus atributos; portanto, certamente segue-se que cada tupla em cada relação contém exatamente um valor para cada um de seus atributos. Uma relação que satisfaz a essa propriedade é considerada normalizada ou, de forma equivalente, diz-se que ela está na terceira forma normal, 3FN.

- 36.** As visões permitem que os mesmos dados sejam vistos por usuários diferentes de modos diferentes ao mesmo tempo., permitem que os mesmos dados sejam vistos por usuários diferentes de modos diferentes ao mesmo tempo e podem fornecer independência de dados física.

- 37.** O catálogo é o lugar em que – dentre outras coisas – todos os diversos esquemas (externo, conceitual, interno) e todos os mapeamentos correspondentes (externo/conceitual, conceitual/interno, externo/externo) são mantidos.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

38. Modelos dimensionais implementados em sistemas de gerenciamento de banco de dados relacional são chamados de cubos de processamento analítico online (OLAP). Os modelos dimensionais implementados em ambientes multidimensionais de banco de dados são chamados de esquemas em estrela devido à sua semelhança com uma estrutura em forma de estrela.

39. Um modelo dimensional contém as mesmas informações que um modelo normalizado, mas empacota os dados em um formato que fornece compreensão do usuário, desempenho da consulta e resiliência à mudança.

40. A modelagem dimensional é amplamente aceita como a técnica para a apresentação de dados analíticos, pois aborda dois requisitos simultâneos: entregue dados compreensíveis para os usuários corporativos e a oferta de desempenho de consulta rápido.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira

41. As evidências de auditoria não devem suscitar dúvidas quanto à sua confiabilidade. Desse modo, se as respostas obtidas da administração, do controle interno ou de outras fontes forem consistentes entre si, torna-se possível a conclusão de que as evidências não são confiáveis.

42. Evidência de auditoria *“compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. A evidência de auditoria inclui as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis e informações obtidas de outras fontes”*.

A confiabilidade da evidência é influenciada pela sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias individuais em que é obtida.

Dessa forma, o trabalho de auditoria deve se pautar apenas por fontes documentais, pois a confiabilidade delas é inquestionável.

43. Uma boa auditoria fundamenta-se em uma etapa de planejamento adequada. As normas vigentes de auditoria estabelecem que há possibilidade de o auditor discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade.

44. Ao determinar o tamanho da amostra, o auditor deve considerar o risco de amostragem, assim como os erros toleráveis e os esperados, pois o tamanho da amostra é afetado pelo nível do risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar.

45. Sistemas de controle interno bem planejado são a garantia plena de prevenção de fraudes e de erros de atos não intencionais.

46. Ao utilizar informações comparáveis de períodos anteriores para estabelecer relações plausíveis entre dados financeiros e dados não financeiros da entidade auditada, o auditor está aplicando a revisão analítica.

47. Acerca de governança no setor público, julgue o item a seguir.

Os componentes dos mecanismos de governança pública são assinalados pela liderança, pelo comando e pelo controle.

48. O auditor, no caso de ter tido conhecimento de informações que o tenham levado a encontrar um valor distinto para as demonstrações contábeis, deverá revisar a materialidade para essas demonstrações no seu todo.

49. A auditoria é um instrumento de fiscalização dos Tribunais de Contas para examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

50. Tendo como pressuposto o sigilo da auditoria, é vedado ao auditor enviar solicitações de confirmação das evidências a agentes externos à entidade auditada.
51. Na avaliação de materialidade, é razoável que o auditor assuma que os usuários de demonstrações financeiras possuem aprofundado conhecimento do negócio e das atividades econômicas.
52. Se a administração impõe uma restrição que impede o auditor de obter as evidências necessárias para reduzir o risco no trabalho de asseguarção razoável ao nível apropriado, deve ser emitida uma opinião não modificada no relatório de auditoria.
53. Durante a realização dos seus trabalhos, o auditor deve aplicar procedimentos de avaliação de riscos para identificar a possibilidade de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nesse caso, a utilização do procedimento de indagação junto aos responsáveis pela governança permite ao auditor entender o ambiente e a cultura da entidade no que tange aos aspectos de ética, competência, estilo operacional e demais componentes do controle interno.
54. A existência de nota explicativa às demonstrações contábeis que descreva incerteza relacionada ao resultado de ação judicial trabalhista movida contra a empresa auditada é uma situação que, quando encontrada durante auditoria independente em sociedade anônima, permite ao auditor manter o relatório de auditoria sem modificação.
55. A impossibilidade de obtenção de evidência de auditoria acerca das contas do ativo da entidade auditada, com efeitos generalizados nas demonstrações financeiras, é uma situação que enseja a emissão de uma opinião adversa.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

- Considerando as disposições sobre o controle da administração pública, julgue os itens a seguir.
56. Cabe ao Poder Judiciário, de ofício, realizar a revisão das decisões editadas pelos tribunais de contas, quando eivadas de vícios formais ou irregularidades graves.
57. As decisões dos tribunais de contas que imputem débito ou multa possuem eficácia de título executivo, sendo que a ação de execução do título, quanto ao débito, será imprescritível.
58. Os tribunais de contas no Brasil possuem função fiscalizatória, judicante e sancionatória, mas não há, em seu acervo de competências, fundamento para o exercício de função pedagógica e normativa.
59. O Ministério Público que funciona junto ao Tribunal de Contas não compõe o Ministério Público comum, motivo pelo qual os seus membros deverão ser providos por concurso público específico, para a carreira própria do órgão ministerial de contas.
60. A competência institucional dos tribunais de contas não deriva, por isso mesmo, de delegação dos órgãos do Poder Legislativo, mas traduz emanação que resulta, primariamente, da própria Constituição da República.
61. Caso o Estado do Rio de Janeiro institua um Tribunal de Contas dos municípios, para fiscalizar e apreciar as contas dos municípios do Estado, com exceção de sua capital, a competência para julgar as contas do responsável dessa nova Corte de Contas caberá ao Tribunal de Contas do Estado.
62. Os tribunais de contas não apreciam, para fins de registro, as admissões de provimento em comissão e de contratação de temporários, pois são exceções às regras do concurso público.

63. Os deputados e vereadores, como membros do Poder Legislativo, são legitimados para requisitar a realização de auditorias e inspeções pelos tribunais de contas.
64. A competência do TCU para aplicar sanções é norma constitucional que não é autoaplicável, uma vez que depende da instituição das penalidades em lei.
65. O poder geral de cautela é previsto expressamente, na Constituição Federal, como uma atribuição do Tribunal de Contas da União.
66. Operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão abrangidas pelo sigilo bancário em relação ao órgão técnico de controle externo, uma vez que é prerrogativa constitucional do TCU o acesso a informações relacionadas a operações financiadas com recursos públicos.
67. Na sistemática constitucional, as contas do Presidente da República são julgadas pelo Congresso Nacional, após a emissão de parecer do Tribunal de Contas da União e de parecer prévio da Comissão Mista.
68. Segundo o STF, para efeitos de inelegibilidade, as contas de governo dos prefeitos municipais são julgadas pelas câmaras municipais, ao passo que as contas de gestão são julgadas pelo respectivo tribunal de contas.
69. A prestação de contas é um dever dos agentes públicos encarregados da gestão dos órgãos e entidades públicas, constituindo uma exigência incompatível para pessoas que não integram a administração pública.
70. Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Suponha que Jonas, servidor público, resida em local desconhecido. Ele recebeu do órgão competente uma intimação referente a processo administrativo disciplinar contra sua pessoa. Ao receber a referida intimação, percebeu que teria que comparecer ao órgão no dia seguinte.

Tomando por base a referida situação hipotética e, de acordo com as disposições da Lei federal nº 9.784/99 e da Lei estadual nº 5.427/09, julgue os dois itens a seguir:

71. A intimação é nula, na medida em que foi realizada sem observância dos requisitos legais, inobstante o comparecimento de Jonas ao órgão tenha o condão de suprir sua irregularidade.

72. Jonas tomou ciência da intimação por meio de publicação realizada no diário oficial.

Abastece Melhor, empresa privada concessionária de fornecimento de água do Estado do Rio de Janeiro, devido à má gestão e a grandes prejuízos causados aos usuários, perdeu as condições econômicas necessárias para manter a prestação do serviço de forma adequada. Ao ser informado dessa situação, o poder concedente instaurou processo para realizar a extinção da concessão.

Sobre a prestação de serviços públicos, com base na Lei nº 8.987/1995, nas regras atinentes à organização administrativa e nos princípios que pautam a atuação da Administração, julgue os quatro itens a seguir:

73. De acordo com a situação apresentada, a concessão será extinta por meio de rescisão.

74. A responsabilidade da concessionária pelos prejuízos aos usuários do serviço pode ser atenuada caso seja comprovada má fiscalização pelo órgão competente.

75. O Estado do Rio de Janeiro, ao transferir a execução do serviço de abastecimento de água à empresa Abastece Melhor, realizou descentralização administrativa por outorga.

76. Na situação apresentada, a empresa Abastece Mais deve conceder aos usuários do serviço no mínimo seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

Sobre as fontes do Direito Administrativo, julgue o item a seguir:

77. As principais fontes do Direito Administrativo são somente a lei, a doutrina e a jurisprudência.

No que tange à disciplina dos atos administrativos, julgue os dois itens subsequentes:

78. Um ato complexo é aquele que resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro órgão para se tornar exequível.

79. Um ato administrativo que é cassado não apresenta ilegalidade em sua formação.

Acerca da temática dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir:

80. A polícia administrativa apresenta diferenças em relação à polícia judiciária. A primeira tem sua atuação pautada sobre bens, direitos e atividades enquanto a segunda atua sobre pessoas. A polícia administrativa está presente em toda a Administração Pública.

81. O instituto da avocação de atribuições, fundamentado no poder hierárquico, não pode ser invocado caso a lei determine que a atribuição seja exclusiva de determinado órgão ou agente.

Acerca da temática dos agentes públicos, julgue o item a seguir:

82. A responsabilização civil dos servidores por danos causados a terceiros no exercício de suas atividades funcionais é objetiva, ou seja, independe da comprovação da existência de dolo ou culpa de sua parte.

Em relação ao dispositivo da estabilidade dos servidores públicos, julgue o item a seguir:

83. Os únicos servidores detentores de estabilidade são aqueles nomeados para cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, após três anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho.

Sobre o controle exercido pelos Tribunais de Contas, julgue os itens a seguir:

84. O falecimento do responsável antes do trânsito em julgado do processo administrativo no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro não extingue a punibilidade para fins de aplicação de multa. Ocorrendo o falecimento após o trânsito em julgado, a multa converte-se em dívida, alcançando os bens da herança ou, caso realizada a partilha, dos herdeiros, na proporção que na herança lhes coube.

85. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as próximas assertivas, a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos elencados na CF/88:

86. Embora, em habeas data, a legitimidade ativa seja ampla o bastante para reconhecer sua impetração por pessoa física, incluindo o estrangeiro não residente no país, pessoa jurídica e até mesmo órgãos públicos despersonalizados, trata-se de ação de caráter personalíssimo e que, portanto, não admite nem mesmo a propositura pelo cônjuge sobrevivente, com o intuito de obter informações documentais sobre o de cujos.

87. A suspensão ou a dissolução compulsória das associações, fora da hipótese de desenvolvimento de finalidade ilícita pela entidade, só pode ser feita pelo Poder Judiciário.

88. São formas de intervenção pública na propriedade a requisição, em caso de iminente perigo público, e a desapropriação, em situações de utilidade e necessidade públicas ou interesse social, sendo que apenas a segunda modalidade prevê a perda da propriedade pelo particular.

Julgue os itens que se seguem, sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Brasil:

89. As disposições relativas à organização e funcionamento dos Tribunais de Contas Estaduais não podem sofrer alteração por meio de emenda à Constituição do Estado, de iniciativa parlamentar.

90. A Constituição Estadual possui ampla liberdade para definir o procedimento de escolha dos 7 Conselheiros que deverão integrar a respectiva Corte de Contas, uma vez que a Constituição Federal não detalha a forma de composição desses órgãos.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, julgue as próximas afirmações:

91. O Senado Federal detém competência privativa para, por meio de resolução, aprovar a indicação dos Ministros do Tribunal de Contas da União feita pelo Presidente da República, mas dependerá de sanção presidencial ao propor a remuneração de seus servidores.

92. O suplente de senador passa a usufruir de todas as imunidades inerentes à função parlamentar a partir da diplomação.

Julgue as próximas afirmações, com base nas regras relacionadas ao Processo Legislativo, descritas Constituição Federal:

93. A possibilidade de edição de medidas provisórias, em âmbito estadual e municipal, não se aplica automaticamente de forma simétrica ao modelo estabelecido pela Constituição Federal, dependendo de expressa previsão nos respectivos diplomas organizatórios.

94. Os projetos de lei de iniciativa reservada aos Tribunais Superiores terão início, obrigatoriamente, na Câmara dos Deputados.

Julgue o que se estatui a seguir, a respeito das finanças públicas:

95. O Banco Central detém competência exclusiva para emitir moeda e conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a instituições financeiras.

No que concerne à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o que se afirma a seguir:

96. A Constituição Federal não proíbe a criação de novos municípios no Brasil.

Julgue o que se segue, considerando as regras pertinentes às funções essenciais à justiça:

97. A Constituição Federal não atribuiu foro especial aos advogados públicos federais e, segundo o STF, a Constituição Estadual não poderá, em respeito ao princípio da simetria, atribuir tal prerrogativa aos procuradores estaduais.

Julgue o item subsequente, considerando o que estabelece a CF/88 acerca dos direitos de nacionalidade:

98. O indivíduo nascido no estrangeiro, filho de pais brasileiros que não se encontravam a serviço do Brasil por ocasião do nascimento do filho, caso não tenha sido registrado em repartição brasileira competente, somente será considerado brasileiro nato após atingida a maioridade e desde que tenha residido no Brasil, mediante manifestação pela aquisição da nacionalidade originária.

Com base no que determina a Constituição sobre os direitos políticos, julgue o próximo item:

99. As coligações partidárias são permitidas nas eleições majoritárias, porém vedadas nas eleições proporcionais.

Sobre o regramento constitucional acerca do Poder Judiciário brasileiro, julgue o que se afirma a seguir:

100. Os membros do Poder Judiciário que nele ingressarem por meio da regra do Quinto Constitucional não precisarão se submeter à realização de concurso público, devendo ser nomeados pelo Presidente da República após aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AFO

Luciana Marinho

101. Julgue o item que se segue:

Os investimentos cuja execução seja levada a efeito por períodos superiores a um exercício financeiro só poderão ser iniciados se previamente incluídos no PPA, ou se forem nele incluídos por autorização legal. A não observância deste preceito caracteriza crime de responsabilidade.

102. Julgue o item que se segue:

A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social independente de voto.

103. Julgue o item que se segue:

A LRF versa sobre diversas dimensões de gastos e receitas públicas. Nesse aspecto, a criação ou expansão de despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

104. Julgue o item que se segue:

Quanto à natureza, as despesas públicas classificam-se como orçamentárias e extraorçamentárias; sobre tal característica, o elemento essencial da despesa extraorçamentária é aquele que represente valores que se revistam de simples transitoriedade.

105. Julgue o item que se segue:

Em que pese a incompatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e falta de indicação da fonte de recurso, a emenda ao projeto de lei orçamentária poderá ser apresentada na Comissão Mista de Orçamento por qualquer parlamentar interessado.

106. Julgue o item que se segue:

As emendas ao projeto de lei orçamentária anual que tenham por propósito a modificação das despesas nele previstas deverão demonstrar a sua compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e, ainda, indicar os recursos necessários à sua satisfação, admitindo-se, nessa hipótese, os provenientes de excesso de arrecadação.

107. Julgue o item que se segue:

Na administração pública, não é competência do controle externo avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual em relação a atos de gestão orçamentária, financeira nem patrimonial.

108. Julgue o item que se segue:

A autorização, na lei de orçamento, para abertura de créditos suplementares é exceção ao princípio orçamentário da não afetação de receita.

109. Julgue o item que se segue:

O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição denomina-se empenho de despesa. Em casos previstos em legislação, poderá ser dispensada a nota de empenho, entretanto, o empenho jamais poderá ser dispensado.

110. Julgue o item que se segue:

No que diz respeito ao orçamento público, a formulação de objetivos e o estudo das alternativas da ação futura para alcançar os fins da atividade governamental; assim como a redução dessas alternativas de um número muito amplo a um pequeno e, finalmente, a prossecução do curso da ação adotada, referem-se ao princípio da programação.

111. Julgue o item que se segue:

As despesas orçamentárias podem ser classificadas segundo o critério de Grupo de Natureza da Despesa cujas categorias são Despesas com Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas

Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização da Dívida.

112. Julgue o item que se segue:

Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação. Nesse caso, a aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

113. Julgue o item que se segue:

Se a descentralização dos recursos financeiros acontecer entre unidades da mesma estrutura administrativa do Ministério da Saúde, essa movimentação interna configura um repasse de recursos.

114. Julgue o item que se segue:

O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; mas o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços é atribuição somente do controle externo.

115. Julgue o item que se segue:

Entre as finalidades do decreto de limitação de empenho e movimentação financeira incluem cumprir com a legislação orçamentária, assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas e estabelecer um cronograma de compromissos e liberação dos recursos financeiros para o Governo Federal.

116. Julgue o item que se segue:

Segundo a LRF, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

117. Julgue o item que se segue:

O projeto de lei orçamentária deverá conter um anexo com demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

118. Julgue o item que se segue:

Cabe lei aprovada por maioria simples dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

119. Julgue o item que se segue:

A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Resolução do Senado Federal.

120. Julgue o item que se segue:

Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, após decreto do Chefe do Executivo de apuração da receita líquida, na forma estabelecida na LDO.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcanti

Sobre mineração de dados, CRISP-DM e técnicas para pré-processamento de dados avalie os itens a seguir:

121. A mineração de dados é definida como o processo de descoberta de padrões nos dados. Os padrões descobertos devem ser significativos ou relevantes, pois levam a alguma vantagem - por exemplo, uma vantagem econômica. Os dados estão invariavelmente presentes em quantidades substanciais.

122. Na maioria das situações de aprendizado de máquina, o conjunto de exemplos dados como entrada está longe de estar completo e parte do trabalho é generalizar para outros novos exemplos.

123. Na fase de entendimento dos dados do CRISP-DM, um conjunto de dados inicial é estabelecido e estudado para verificar se é adequado para processamento adicional. Se a qualidade dos dados for ruim, pode ser necessário coletar novos dados com base em critérios mais rigorosos.

124. Em uma associação, a confiança de uma regra, indica a frequência de ocorrência da regra, ou seja, a probabilidade de essa regra ser encontrada no conjunto total de transações da base.

Sobre big data avalie os itens a seguir.

125. Os modelos de dados NoSQL possuem várias características que são visíveis nos sistemas. A maioria dos sistemas NoSQL possui os seguintes recursos: alta escalabilidade, alta disponibilidade, tolerância a falhas, flexibilidade em modelos de dados, modelos de consistência mais fracos que abandonaram transações ACID e interfaces simples

126. Por ser executada em uma grande conjunto de dados, a análise de Big Data não deve ter preocupação com a privacidade dos dados já que eles podem ser estruturados, semiestruturados e não estruturados.

127. Um cientista de dados normalmente está associado a um funcionário ou a um consultor de Business Intelligence (BI) que se destaca pela análise de dados, particularmente grandes quantidades de dados, para ajudar uma empresa a obter uma vantagem competitiva. O cientista de dados geralmente é o líder de equipe de fato durante um projeto de análise de Big Data.

Sobre a linguagem SQL analise as afirmações abaixo

128. Quando utilizamos as restrições de integridade sobre uma tabela, as opções UNIQUE e PRIMARY KEY evitam que os valores de uma determinada coluna ou conjunto de colunas se repitam. Uma restrição interessante é que as colunas de uma tabela não podem pertencer a uma restrição UNIQUE e a uma PRIMARY KEY.

129. No SQL, alguns tipos de views são atualizáveis. Em outras palavras, você pode usar a visão para modificar os dados (alterar dados existentes e/ou inserir novas linhas) na tabela subjacente.

130. Os privilégios são concedidos nos objetos de banco de dados usando a instrução GRANT para especificar os objetos e o identificador de autorização (usuário ou role) que adquirirá os privilégios. Para autorizar o privilégio de SELECT na tabela ALUNOS para RICARDO você deve usar o seguinte comando:

```
GRANT TO RICARDO SELECT ON ALUNOS;
```

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira

131. No caso de dúvida quanto à confiabilidade de determinada evidência de auditoria, o auditor deve excluir da seleção o item questionado e aplicar novos procedimentos de auditor.

132. A aplicação antecipada e sem autorização legal — já relatada em notas explicativas — de nova norma contábil, com efeito disseminado de forma generalizada nas demonstrações contábeis permite ao auditor emitir uma opinião não modificada.

133. O sinistro em uma das unidades de armazenamento da empresa auditada que já tenha sido relatado em notas explicativas e que tenha ocasionado perda de estoques justifica a inclusão de um parágrafo de ênfase no relatório de determinado auditor.

134. Risco significativo é o risco de distorção relevante identificado e avaliado que, no julgamento do auditor, requer consideração especial na auditoria. Nesse contexto, transações rotineiras, não complexas, sujeitam-se a processamento sistemático e têm maior probabilidade de dar origem a riscos significativos.

135. Com relação a riscos, julgue o item a seguir.

A avaliação do risco de distorção relevante pode mudar durante o curso da auditoria.

136. Nos termos das normas vigentes de auditoria, ao examinar se todas as transações e contas que deveriam ser registradas nas demonstrações contábeis realmente foram registradas, o auditor independente verifica afirmação referente à exatidão.

137. O auditor independente constatou durante a execução dos seus trabalhos, por meio de carta endereçada a um fornecedor, que este já havia quitado uma duplicata a pagar, ainda não baixada na escrituração contábil da entidade auditada, e que um investimento avaliado pela equivalência patrimonial estava registrado por um valor menor que o correto por ter sido utilizada uma percentagem menor do que a participação da companhia na investida. Os procedimentos adotados por esse auditor foram, respectivamente, a circularização e o recálculo.

138. O auditor deve incluir na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis, notas que reflitam entendimento incompleto ou preliminar, bem como cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos.

139. A decisão sobre quais procedimentos de auditoria aplicar, incluindo a decisão sobre a utilização de procedimentos analíticos substantivos, baseia-se no julgamento do auditor sobre os riscos de distorções relevantes.

- 140.** A probabilidade de distorção relevante devido às características particulares da classe de transações, saldo de contas ou divulgação relevantes também pode ser denominada de risco inerente.
- 141.** Segundo as normas de auditoria vigentes, o risco de negócio resulta de distorção relevante identificada e avaliada que, no julgamento do auditor, requer consideração especial na auditoria.
- 142.** Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor emitir uma opinião inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas. Nesse contexto, a análise dos riscos de auditoria se divide em procedimentos de revisões analíticas e testes de transações.
- 143.** Um dos componentes do relatório de auditoria governamental em que os registros respondem às questões de auditoria e são compostos por critério, condição, causa e efeito denomina-se de achados de auditoria.
- 144.** A auditoria operacional tem por objetivo a avaliação da performance da Administração Pública quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade.
- 145.** O achado de auditoria deve atender, necessariamente, a alguns requisitos básicos, entre os quais está a relevância. A relevância implica que o achado deve se mostrar convincente a quem não participou do trabalho.
- 146.** A matriz de planejamento é um instrumento flexível e o seu conteúdo pode ser atualizado ou modificado pela equipe à medida que o trabalho de auditoria progride. O propósito da matriz de planejamento é auxiliar a elaboração conceitual do trabalho e a orientação da equipe na fase de elaboração do relatório.
- 147.** O Manual de Auditoria Governamental do TCE RJ relaciona os instrumentos de fiscalização adotados por essa corte de contas em suas atividades de fiscalização. Nesse contexto, o levantamento é uma atividade realizada sempre que houver necessidade de verificar, in loco, dentre outras questões específicas: a execução de contratos; os pontos duvidosos ou omissões em processo em trânsito no Tribunal, ou o objeto de denúncias ou representações.
- 148.** O trabalho de auditoria governamental deve ser documentado de modo a assegurar sua revisão e a manutenção das evidências obtidas, para dar suporte às conclusões e aos resultados da auditoria. Via de regra, o auditor deve manter, respeitar e assegurar o sigilo das informações obtidas em razão do seu trabalho. Nesse caso, o auditor deve divulgar essas informações para terceiros quando houver obrigação legal ou judicial.
- 149.** O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway -COSO apresentou, em 1992, um modelo amplamente aceito para o estabelecimento de controles internos denominado “Controle Interno – Estrutura Integrada” – aplicável a entidades de grande, médio e pequeno portes, com ou sem fins lucrativos, bem como ao setor público –, que ficou popularmente conhecido como COSO I. Conforme esse modelo, controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por pessoas da organização, que visa proporcionar segurança razoável de que os objetivos da entidade serão alcançados.
- 150.** O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO, na sigla em inglês) publicou, em 2004, o modelo denominado “Gerenciamento de Riscos Corporativos” (ERM, na sigla em inglês), popularizado como COSO II. Esse modelo apresenta três categorias de objetivos comuns à maioria das organizações: objetivos operacionais; objetivos de comunicação e objetivos de conformidade.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

151. Nem todas as entidades que aplicam recursos públicos devem elaborar Relatórios Contábeis de Propósito Geral do Setor Público (RCPGs).

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários, julgue os itens a seguir:

152. Modernamente, admite-se a coexistência de diversos orçamentos que deverão ser consolidados a fim de que o governo possua uma visão global das finanças públicas. Esse modelo segue a concepção da totalidade orçamentária, um desdobramento do Princípio da Unidade.

153. Uma receita arrecadada, quando não prevista no orçamento, se enquadra como um ingresso extraorçamentário.

154. A classificação funcional é considerada a mais moderna das classificações orçamentárias da despesa. Essa classificação demonstra as realizações do governo, o resultado final de seu trabalho em prol da sociedade. Esse critério surgiu visando permitir o cumprimento das novas funções do orçamento.

155. Enquanto a amortização do principal da dívida é classificada como uma despesa de capital, os juros e encargos da dívida são classificados como despesas correntes.

156. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos extraordinários ou especiais, com prévia e específica autorização legislativa.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, julgue os itens a seguir:

157. Obrigações decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias, mas ainda não recebidos, não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.

158. As receitas orçamentárias efetivas arrecadadas, de propriedade do ente, que resultam em aumento do patrimônio líquido são consideradas variações patrimoniais aumentativas resultantes da execução orçamentária.

Julgue os itens a seguir acerca dos aspectos patrimoniais aplicáveis à Contabilidade Pública.

159. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

160. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original (custo histórico), atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado: variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

161. Situação hipotética: Recebimento pela União de empréstimo do Banco Mundial em janeiro de 20X1 para financiamento de determinado programa governamental no valor de US\$ 100.000,00, câmbio de R\$ 3,00. Em dezembro de 20X1, na data de levantamento do balanço patrimonial, a taxa de câmbio vigente era de R\$ 3,50.

Assertiva: Considerando apenas as informações acima, pode-se afirmar que haverá um registro decorrente da desvalorização cambial no valor de R\$ 50.000,00, impactando negativamente a situação líquida da União.

162. Os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos devem ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência (na data das demonstrações contábeis), exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável.

VBC Leopard 1A5 – Procedimento de Preservação Semestral PP180

por [LUIZ PADILHA 06/06/2020 - 13:44](#)

A equipe de manutenção do Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar e o 3º Grupamento Logístico apresentam os Procedimentos de Preservação a serem executados a cada 180 dias pelas Organizações Militares possuidoras da viatura blindada Leopard 1A5, visando a operacionalidade da frota e a economia de recursos [a notícia disponibiliza um vídeo no qual são indicados os procedimentos de manutenção].

<https://www.defesaaereanaval.com.br/exercito/vbc-leopard-1a5-procedimento-de-preservacao-semesteral-pp180>



Foto de uma VBC Leopard 1A5 – Divulgação: Portal do Exército Brasileiro

Considerando a notícia acima e as disposições previstas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), julgue os itens a seguir:

163. Considerando-se que a manutenção acima descrita se enquadra como uma manutenção periódica (no caso semestral), pode-se afirmar que os custos com mão-de-obra dessa manutenção não devem ser reconhecidos no valor contábil da viatura blindada.

164. Caso os responsáveis pela manutenção identifiquem que uma peça importante necessite de recuperação, a exemplo do motor da viatura blindada, esse custo da peça irá compor o custo da viatura, ou seja, haverá o reconhecimento contábil no balanço patrimonial, aumentando-se o valor da viatura blindada, reconhecida no ativo não circulante. Além disso, o valor contábil da peça substituída deverá ser baixado.

165. A viatura blindada Leopard 1A5 se enquadra como um equipamento militar especializado e, portanto, está fora do alcance das disposições previstas na NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.

166. Pode-se afirmar que a viatura blindada Leopard 1A5 se enquadra como um ativo qualificável e, portanto, eventuais custos dos empréstimos diretamente atribuíveis a essas viaturas adquiridas devem ser capitalizados como parte do custo do ativo, desde que atendidos os critérios de reconhecimento.

Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens a seguir:

167. O Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível são subgrupos dentro dos níveis de desdobramento das contas no PCASP.

168. Os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos 5 níveis, considerando que a consolidação das contas é operacionalizada por meio da utilização do 5º nível (subtítulo) do PCASP.

169. No recebimento de um bem em doação, sem qualquer obrigação atrelada a essa doação, temos a configuração de uma superveniência do ativo ou superveniência ativa, a qual impacta o resultado patrimonial evidenciado na demonstração das variações patrimoniais.

170. A NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa recomenda que os dividendos ou distribuições similares recebidos sejam classificados como fluxo de caixa das atividades operacionais.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir acerca das regras da Constituição do Estado do Rio de Janeiro sobre o controle da administração pública.

171. O prazo para a emissão do parecer prévio será de sessenta dias em relação às contas do governador e de noventa dias em relação às contas dos prefeitos municipais, contados do recebimento dos respectivos processos.

172. Se o TCE-RJ identificar ilegalidades em um contrato firmado por um município sujeito à sua jurisdição, caberá ao Tribunal fixar prazo para o exato cumprimento da lei e, se não atendido, comunicar o fato à Assembleia Legislativa, que poderá deliberar sobre a sustação do contrato.

173. A pretensão punitiva do Tribunal de Contas prescreverá quando a paralisação da tramitação de feito ultrapassar o prazo de cinco anos.

174. Os conselheiros, nos casos de crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-RJ, julgue os itens seguintes.

175. As contas do governador do Rio de Janeiro serão apresentadas concomitantemente à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa.

176. Se as contas do governador forem apresentadas no prazo, mas sem atender aos requisitos legais, o fato será comunicado à Assembleia Legislativa, que poderá deliberar sobre a concessão de prazo extra para o que o Tribunal faça a emissão do parecer prévio.

177. Quando houver conclusão do relator, ou do representante do Ministério Público ou do Secretário-Geral de Controle Externo pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas do governador, o processo será incluído em pauta especial, para fins de concessão de prazo de defesa escrita.

178. Dada a natureza do processo, o pedido de vista sobre as contas do governador somente será franqueado em mesa, na própria sessão, não se permitindo a retirada do processo para apreciação em outra data.

179. O TCE-RJ deverá prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, as suas contas, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa, acompanhadas do relatório anual de suas atividades.

180. Estão sujeitos à jurisdição do TCE aqueles que sejam responsáveis pela aplicação de recursos arrecadados pela União e entregues ao estado do Rio de Janeiro, como cota que o estado faz jus em virtude da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

181. As prestações de contas não abrangem o controle dos recursos extraorçamentários, que serão objeto de processos específicos de fiscalização.

182. Os processos de prestação e de tomada de contas anuais deverão ser remetidos ao Tribunal no prazo de cento e oitenta dias, contados do encerramento do exercício.

- 183.** É vedado ao conselheiro do TCE, ainda que em disponibilidade, sob pena de perda de cargo, exercer outro cargo ou função pública, bem como qualquer profissão remunerada, salvo uma de magistério.
- 184.** Os conselheiros do TCE-RJ não se submetem à aposentadoria compulsória.

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 4.787/2006, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue o item a seguir.

- 185.** Além do vencimento básico, o Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro perceberá a gratificação de controle externo, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos através de ações de capacitação, em áreas de interesse do Tribunal.

LICITAÇÕES, CONTROLE E CONVÊNIOS

Fabiano Pereira

Julgue os itens a seguir a respeito da organização da administração pública, mais precisamente sobre as organizações sociais, sob a perspectiva do entendimento do STF.

- 186.** A Suprema Corte entende que, em razão da ausência de competição, e por ser apenas um simples credenciamento, não se exige licitação para qualificar uma entidade como organização social.
- 187.** A Administração Pública não precisará observar critérios objetivos quando do indeferimento de um requerimento de qualificação de uma organização social, desde que tal indeferimento esteja pautado na publicidade, transparência e motivação, respeitando a ampla margem de discricionariedade do Poder Público.

No que se refere aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 188.** Salvo se houver disposição expressa em contrário, a revogação de ato administrativo não repristina ato já revogado.

- 189.** Um ato administrativo eivado de nulidade não poderá ser revogado, mesmo que devidamente motivado por razões de interesse público.

Acerca do entendimento dos tribunais superiores, julgues os itens a seguir sobre os agentes públicos.

- 190.** Em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura também infração penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado, segundo o STJ.

- 191.** Servidor público que tenha permitido a realização de despesa não autorizada em lei deverá ser isento de penalidade por improbidade administrativa, desde que fique comprovado que o mesmo agiu com culpa, ou seja, sem dolo.

Com relação aos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 192.** A anulação, por motivos de ilegalidade, de conduta abusiva praticada por administradores públicos pode ocorrer tanto na esfera judicial quanto administrativa.

- 193.** A prerrogativa que os agentes públicos possuem de rever os atos praticados pelos subordinados para anulá-los, quando estes forem considerados ilegais, ou revogá-los por conveniência e oportunidade, insere-se no âmbito do poder hierárquico.

194. Quando se fala sobre os princípios da administração pública, tem-se que a publicidade não pode sofrer restrições, visto que a mesma é tida como princípio basilar.

Julgue os itens a seguir, acerca dos serviços públicos.

195. A permissão de serviço público se dá mediante contrato de adesão para exploração de serviço público, precedido de licitação, sendo tal contrato precário e revogável pelo poder concedente.

196. A contratação de parceria público-privada deverá ser precedida de licitação nas modalidades concorrência ou tomada de preços.

197. A respeito do controle da administração pública, tem-se que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário manterão sistema de controle interno, de forma independente, com a finalidade de avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Sobre as licitações e contratos da administração pública, julgue os seguintes itens.

198. Desde que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, a sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação.

199. Mesmo na hipótese de um contrato ser declarado nulo por ausência de prévia licitação, o contratado será indenizado pelos serviços já prestados.

200. O regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública a prerrogativa de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis vinculados ao objeto do contrato, mesmo aqueles não essenciais ao serviço.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-05-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner for 'Assinatura Ilimitada' featuring a close-up of an owl's face on the left. The text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, blue letters. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.